

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado)            | <input checked="" type="checkbox"/> Artigo científico   |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado)      | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC (graduação)             | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Simone Dias da Silva

Matrícula:

2019212302360471

Título do trabalho:

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS OUVINTES

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Publicação em artigo científico

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 30 / 12 / 2021

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

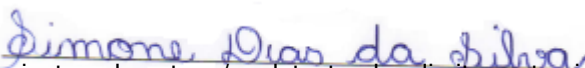
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri-GO

Local

29 / 12 / 2021

Data

  
Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 6/2021 - NAPNE-IPA/CENS-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

## PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

### ATA Nº/05

#### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TC) DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

No dia trinta de novembro de dois mil e vinte e um, às dezessete horas e trinta minutos, via Meet, sob a presidência da Professora Ma. Uiara Vaz Jordão, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora de Defesa do Trabalho de Curso da aluna SIMONE DIAS DA SILVA, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas, visando à obtenção do título de Especialista. A banca constituída pelos professores: Uiara Vaz Jordão (orientador) e presidente, Maria de Lourdes Vaz Jordão (Externo) e Rhennan Lázaro de Paulo Lima foi indicada pela aluna, com anuência da Coordenação do Curso. Iniciados os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da Banca e ao candidato, das normas que regem a defesa de Trabalho de Curso. A seguir, a aluna passou à defesa de seu trabalho intitulado: **A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS OUVINTES.**

Encerrada a defesa, procedeu-se ao julgamento. Apuradas as notas verificou-se que a aluna foi APROVADA, com a nota **6,7**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e por mim, em 30 de novembro de 2021.

---

SIMONE DIAS DA SILVA

Aluna - Assinado Eletronicamente

---

UIARA VAZ JORDÃO

Orientadora - Assinado Eletronicamente

---

MARIA DE LOURDES VAZ JORDÃO

Membro externo - Assinado Eletronicamente

---

Membro interno - RHENNAN LÁZARO DE PAULO LIMA

Assinado Eletronicamente

Documento assinado eletronicamente por:

- Simone Dias da Silva Barbosa, Simone Dias da Silva Barbosa - 411010 - Agente administrativo - Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (10651417000844), em 17/12/2021 21:55:20.
- Maria de Lourdes Vaz Jordão, Maria de Lourdes Vaz Jordão - Professor Avaliador de Banca - Prefeitura Municipal de Ipameri (1), em 17/12/2021 20:51:37.
- Rhennan Lazaro de Paulo Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/12/2021 09:57:56.
- Uiara Vaz Jordao, TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS, em 30/11/2021 19:29:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 336074

Código de Autenticação: 0b1aa9e04c



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Avançado Ipameri

Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000

(64) 3491-8400



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

### A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA CRIANÇAS OUVINTES<sup>1</sup>

Simone Dias da Silva<sup>2</sup>

Uiara Vaz Jordão<sup>3</sup>

#### RESUMO

O ensino da Libras como segunda língua para crianças ouvintes supera uma barreira linguística que pode impedir a convivência com alunos surdos, isto é, pode garantir as interações das turmas em geral com a criança surda, sensibilizando quanto as diferenças e estimulando o uso da Libras no cotidiano. O ensino da Libras no contexto inclusivo oportuniza as crianças ouvintes a apreensão de segunda língua e ao aprendiz surdo utilizar de sua língua mãe na escola, o que propiciara a aprendizagem de maneira significativa e plena de todos os participantes: surdos e ouvintes. A motivação para elaboração deste texto foi apresentar, o percurso histórico vivido pelo indivíduo com deficiência, em especial, da pessoa surda, descrevendo a necessidade da formação/preparação de todo o ambiente escolar, a inserção do bilinguismo como meio de interação entre ouvintes e surdos e algumas estratégias para o ensino de Libras à alunos ouvintes e surdos. Os resultados foram obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, com base no método dedutivo de abordagem qualitativa. O texto foi organizado em três partes: a primeira que traz um breve percurso histórico sobre a educação das pessoas com deficiência no Brasil, a segunda sobre o bilinguismo como meio de interação entre alunos surdos e ouvintes e na terceira foi apresentado algumas estratégias para o ensino de Libras a crianças no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Libras; Crianças surdas e ouvintes; Bilinguismo.

#### ABSTRACT

The teaching of Libras as a second language for hearing children overcomes a language barrier that can prevent living with deaf students, that is, it can guarantee the interactions of classes in general with deaf children, raising awareness of differences and encouraging the use of Libras in daily. The teaching of Libras in an inclusive context provides opportunities for hearing children to learn a second language and for deaf learners to use their mother tongue at school, which will provide meaningful and full learning for all participants: deaf and hearing individuals. The motivation for preparing this text was to present the historical path lived by the disabled person, especially the deaf person, describing the need for training/preparation of the entire school environment, the insertion of bilingualism as a means of interaction between hearing and deaf people. and some strategies for teaching Libras to hearing and deaf students. The results were obtained through bibliographical research, based on the deductive method of qualitative approach. The text was organized in three parts: the first presents a brief historical journey on the education of people with disabilities in Brazil, the second on bilingualism as a means of interaction between deaf and hearing students and the third presents some strategies for teaching from Libras to children in the school space.

**Keywords:** Pounds; Deaf and hearing children; Bilingualism.

<sup>1</sup> Artigo apresentado na disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores e Práticas Educativas do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri, em 2021.

<sup>2</sup> Dados do autor: Simone Dias da Silva.

<sup>3</sup> Dados do orientador: Uiara Vaz Jordão.



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

### 1 INTRODUÇÃO

A grande influência cristã e os privilégios que foram dados ao clero e à nobreza na Idade Média fizeram com que a educação fosse oferecida a um público muito específico, isto é, somente à parcela possuidora de bens e considerada normal. Foi apenas na Idade Moderna que começou a surgir a ideia de igualdade entre os homens, o que fez com que o público em geral, inclusive pobres e deficientes, tivessem acesso a educação. Felizmente, como fruto das muitas lutas dos mais variados grupos sociais, em conformidade com o desenvolvimento social, a sociedade e suas instituições conseguiram fazer com que a sociedade em geral, inclusive as pessoas com deficiência, pudessem conviver de maneira igual com os demais da sociedade. Como é de esperar, não estamos ainda num modelo ideal, mas é preciso reconhecer que tivemos ganhos profícuos, se considerarmos como era, por exemplo, na Idade Média, com os dias atuais.

No ano de 1980, a discussão concernente a educação de pessoas com deficiência tornou-se pauta na sociedade. Diacronicamente, entende-se que a inclusão, de maneira geral, começou a surgir no entorno da década de 1990, com fundamento nas discussões de alguns documentos, sobretudo a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). O sistema inclusivo não discute somente sobre a pessoa com deficiência, mas de todos os alunos de maneira geral, negros, trans, índios etc. O propósito de incluir crianças com deficiência na escola regular exigiu mudanças concretas e contínuas na estrutura geral de todo o espaço escolar.

A inclusão, portanto, não se resume apenas a inserção do aluno com deficiência dentro de uma sala com os demais alunos, mas demanda toda uma complexidade que vai desde a formação do professor, estrutura do ambiente escolar, até a própria adaptação/instrução dos colegas de classe para que haja interação. Desta forma, após várias discussões e promulgações de documentos legais, a inclusão passou a ser entendida como uma exigência para acessibilidade e abrangência em diferentes aspectos da sociedade.

O ensino da Libras como segunda língua para crianças ouvintes supera uma barreira linguística que pode impedir a convivência com alunos surdos e todos os grupos



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

no ambiente educacional, isto é, pode garantir as interações das turmas em geral com a criança surda, sensibilizando quanto as diferenças e estimulando o uso da Libras no cotidiano de acordo com as necessidades socioculturais. O ensino da Libras no contexto inclusivo oportuniza as crianças ouvintes a apreensão de segunda língua e permite que o aprendiz surdo possa utilizar de sua língua mãe na escola, o que resultará na aprendizagem de maneira significativa e plena de todos os participantes.

O professor é um dos agentes mais presentes e atuantes em sala de aula e deve intervir colaborativamente nas atividades que são realizadas no meio escolar, de modo a tornar a escola um espaço democrático e propagador de uma educação de qualidade. Entretanto, essa tarefa também deve ser distribuída aos demais sujeitos de convivência com alunos surdos, ou seja, além dos funcionários da escola, os colegas de turma também devem ser preparados para socializar como colega surdo usuário de Libras e, também, com a comunidade surda.

Posto isto, a motivação para elaboração deste texto foi apresentar, de forma superficial, o percurso histórico, desde sua identificação até dias atuais, vivido pelo indivíduo com deficiência, em especial, da pessoa surda, descrevendo a necessidade da formação/preparação de todo o ambiente escolar, a inserção do bilinguismo como meio de interação entre ouvintes e surdos e alguns aspectos que devem ser considerados nas estratégias para o ensino de Libras à alunos ouvintes e surdos.

Destaca-se que a prática voltada para a reflexão exige a construção, a dinâmica do conhecimento e a mobilização de projetos e recursos, o que tornará mais fácil para todos (docente, família, discentes ouvintes e discentes surdos) saber contornar os desafios que lhe são impostos na procura de uma educação e sociedade mais justa, humana, solidaria e cooperativa.

Nossas discussões foram realizadas com fundamento na pesquisa bibliográfica, após levantamento e discussão refletiva de textos resultantes de pesquisas que abordem os temas contidos no objetivo desse trabalho. Fez-se uso do método dedutivo de abordagem qualitativa, isto é, almejou-se elaborar uma cadeira de raciocínio descendente, de uma perspectiva geral (inclusão/deficiência) para uma particular (surdos/Libras), até a conclusão. Adjetiva-se como qualitativa, pois, por ser da área das humanas, não é possível



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

quantificar já que a relação do sujeito com o mundo não é a mesma para todos, por isso os dados são elaborados pelo pesquisador de maneira indutiva.

### 2 PERCURSO HISTÓRICO VIVIDO PELO INDIVÍDUO COM DEFICIÊNCIA

No findar da década de 1960, o processo de integração pareceu como uma possibilidade de diminuir a exclusão dos sujeitos com alguma deficiência da sociedade. Kassir (2005) explica que a integração social se baseia na integralização da sociedade com os indivíduos com deficiência. O processo de inserção social da pessoa com deficiência ocorreria como resultado de seu próprio esforço para integrar, pois na sociedade pouco se fazia para oportunizar um processo de inserção e participação. Apenas na década de 1980 que a discussão sobre a educação inclusiva se tornou pauta na sociedade, talvez fosse esse o motivo que iniciou a discussão de uma proposta de inserção social nova para as pessoas com deficiência, de forma participativa, que iria contra de maneira radical ao que era praticado nas décadas anteriores.

Todos os movimentos relativos ao direito do cidadão, como Movimentos dos Estudantes, Movimentos pelas Creches, entre outros, foram importantes por trazer para o espaço escolar um novo contingente de personagens que, até então, não encontravam em uma escola não preparada para recebê-los. Foi por esse motivo que a proposta de integração se concebeu como elemento essencial da Educação Especial. As propostas de organização do sistema educativo inspiradas na integração têm sido comparadas a uma cascata, divididos em níveis, do segregador ao integrador, do qual todos os discentes têm direito a entrar no sistema e transitar por ele.

De acordo com Kassir (2005), os aprendizes passam, portanto, a ser os responsáveis pelo seu progresso escolar, o que faz com que a escola se torne obrigada a atingir a responsabilidade e a se adaptarem para receber a criança com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem.

Entretanto não basta colocar o aluno em uma classe regular. A integração é uma ação que tem de ser realizada por toda a comunidade escolar. Por este motivo que o docente de turma regular precisa receber apoio da Educação Especial para fazer este



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

trabalho, fazendo com que os aprendizes sejam atendidos por toda a comunidade e não somente pelo professor responsável por eles.

A ideia da inclusão evoluiu de forma consistente. Enquanto o sistema da integração focalizava o indivíduo (pretendia mudar a pessoa com necessidade especiais ou qualquer outra particularidade para que se enquadrasse no sistema), o sistema de inclusão não trata apenas da pessoa com deficiência, mas todos os excluídos da educação, que dizem respeito aos deficientes, surdos, pessoas trans, população negra e indígenas. Por um lado, a educação inclusiva destaca a qualidade de ensino para todos, por outro a instituição escolar necessita de forma urgente se reorganizar ampliar a multiplicidade de questões que são inerentes ao trabalho educacional. Apenas a partir de uma revisão profunda da prática pedagógica do professor e da grade curricular da escola é que será possível ultrapassar os preconceitos que, infelizmente, ocasionam a exclusão.

O direito essencial à educação constitui-se no interesse social, disponível, público e subjetivo, como é expresso no artigo: 6, caput 205 e 208, III, § 1º, da Constituição Federal. Fazendo um apanhado histórico, após período de total exclusão/ignorância, têm-se num primeiro momento o período de Segregação, quando as pessoas com deficiência, apesar de começarem a serem instruídos em espaço escolar, ainda permaneciam ocultos, pois não tinham métodos, espaços e projetos de escolas especializadas, substitutivas do sistema de ensino regular. Neste tempo ainda existia de forma mais significativa o modelo clínico que julgava a condição intelectual, física e sensorial como uma sobreposição ao indivíduo que não o permitia ser integrado na sociedade, o que os classificavam como sujeitos que precisariam se ater as condições que na sociedade lhes eram impostas.

Algum tempo depois, após debates oriundos das discussões de cunho social, passou-se a considerar o modelo de integração, que começou a admitir alguns indivíduos com deficiências nas escolas regulares. Mas, ainda assim, somente os que eram considerados, para estar em sociedade, aptos por especialistas da área médica podiam ser integrados e frequentarem esses ambientes sociais escolares. Neste período ainda se objetivava normalizar alguns destes indivíduos, ainda negando a diferença e procurando padronizá-lo aos demais.





## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

No fim do século XX e início do século XXI, a inclusão dos indivíduos com deficiência no sistema de educação passa a ser assegurado a todos. A sociedade ficou responsável por criar meios e condições de acessibilidade que agregassem a todos, no objetivo de possibilitar também que as pessoas com deficiência tivessem uma vida independente, além de participarem integralmente a sociedade (RODRIGUES, 2021).

Essa mudança de pensamento proporcionou que a deficiência fosse encarada não mais como um problema, mas como uma característica que deveria ser compreendida e acolhida em todos os contextos sociais.

A escola inclusiva deverá, então, oportunizar igualdade a todos, por meio de estratégias que atendam as diferenças de cada um, de maneira que todos possam ter seus potenciais desenvolvidos. Uma unidade escolar que identifica a educação como um direito humano básico é o primeiro passo para a criação de uma sociedade mais igualitária e justa, já que este, comumente, é o primeiro instituição social da criança, afora da família.

Em 2008, o Ministério da Educação publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que garantiu os critérios para a prática da inclusão escolar no Brasil, obrigando a ser efetuadas a matrícula no ensino regular e a oferta de atendimento educacional especializado para qualquer pessoa, independentemente de suas particularidades.

O Decreto n. 6.571, publicado no ano de 2008, determinou que os aprendizes com deficiência também deveriam ser inseridos, por meio matrícula, no ensino regular, além de aumentar a quantidade de atendimento educacional especializado como um complemento à formação dos alunos com deficiência no ensino regular, desta maneira seria garantida a transversalidade das práticas educacionais especiais no ensino regular.

Portanto, as escolas especializadas começaram a atuar como atividade complementar ou suplementar ao ensino regular, deixando de ser a única formação dos sujeitos com deficiências. Essa decisão não foi apreciada por todas as instituições que possuíam escolas especiais, já que a União havia optado por investir recursos.

Para garantir que o atendimento educacional especializado não fosse substitutivo ao ensino inclusivo, mas apenas como um ensino complementar ou suplementar, o Ministério da Educação publicou a Nota Técnica n. 62/2011, de modo a garantir que



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

ninguém tivesse a opção de colocar o aluno somente numa escola especializada tirando dele o direito de conviver em grupo.

A escola então manteve o aspecto complementar, suplementar e transversal da modalidade, ao deixá-la no meio das atividades de apoio à escolarização. Desta maneira, a modalidade de Educação Especial é peça integrativa do ensino regular e não se estabelece em processo paralelo de educação.

A lei n. 13.146/2015, que versa sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), também é outro importante documento que ajudou a firmar ajudou a reafirmar a obrigatoriedade do sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, além da admissão de práticas pedagógicas inclusivas.

A Lei 10.436 de 2002 é uma das várias que foram promulgadas e que discute a questão de que o surdo necessita ser incluído na educação, reconhecendo a Libras como um meio de comunicação oficial, como expresso no primeiro artigo,

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. [...] Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002).

Outro documento importante é o Decreto n. 5.626, promulgado em 2005, que regulamentou a Lei n.º 10.436/2002 no que se refere à formação de profissionais para atuar na educação com a comunidade surda, como expresso no Art. 3º:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Leis específicas para assegurar os direitos das pessoas surdas, foram sancionadas como a obrigatoriedade da inserção da Libras utilizada por surdos em todos os centros brasileiros e reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão (BRASIL,



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

2002) e o Decreto nº 5.626/05, que garante às pessoas surdas, o direito à educação inclusiva, com adequações necessárias para o acesso à comunicação, à informação e à educação. Graças a esses documentos, ações para a comunidade surda no país foram conseguiram garantir que grande parte dos direitos que hoje existem a esse público fossem efetivados e respeitados.

É importante entender que essas atividades não podem ser entendidas de maneira isolada, pois existe um contexto social de organização da comunidade que em interesse nas questões que envolvem a comunidade surda, além, claro, do avanço das discussões concernentes à singularidade linguística deles. De acordo com Rodrigues (2021), a organização encontrada entre as entidades que lutam por questões importantes à comunidade surda, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, as Associações de Surdos, além das muitas pesquisas acadêmicas sobre a Língua Brasileira de Sinais são inúmeras.

Sabe-se que a nossa sociedade é composta por uma variedade de diferentes sujeitos, onde cada um é singular, já que cada um tem uma crença, uma cultura e seus respectivos valores. Anormal é pensar que num ambiente escolar em que isso seja diferente, sobretudo quando concebem o trabalho escolar com igualdade, pressupondo que sejam todos iguais e negando, portanto, as nossas diferenças. Para que a inclusão se concretize é preciso pensar no modo com que as instituições estão organizadas e pôr em prática o propósito principal da educação inclusiva, que é a educação para todos.

As questões que mais afligem os docentes e grupos escolar nas classes comuns no que dizem respeito como colocar em prática a Educação dos aprendizes com necessidades educacionais específicas, dentre o conjunto de perguntas que afligem os docentes estão: Como organizar a grade curricular de modo que proporcione a inclusão? Como possibilitar o desenvolvimento por meio da interação garantindo a aprendizagem aos alunos surdos e ouvintes? E Como manejar eficazmente as diferenças e, em muitos casos, inesperadas demandas apresentadas por estes alunos?

Estas questões sempre estão voltadas para visão que almeje uma Educação Inclusiva focalizada num trabalho que inclua e que a aprendizagem seja planejada pensando nas habilidades e estratégias específicas, adaptações curriculares,



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

metodologias, organizações de classe, avaliações, técnicas de trabalho em grupo, estratégias variadas de intervenção em conformidade com os problemas de aprendizagem dos alunos etc.

A inclusão do aluno surdo pode se tornar uma prática real de transformação e não somente um discurso vazio. Mantoan (1997) destaca a importância de se aprimorar e procurar por novas estratégias de ações inclusivas, sendo preciso mobilizar práticas que envolvam toda a instituição escolar no processo de aprendizagem. Rodrigues (2021), pesquisador mais atual, continuar ratificando essa informação, mas também alerta que ainda é pouco a quantidade de profissionais aptos ensinar a língua, por conta da pouca oferta de cursos nessa área, como exige o Ministério da Educação.

O trabalho que deve ser realizado no ambiente escolar precisa propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e edificar junto com toda a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdo, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se por articular todos esses elementos.

Segundo Silva, Modesto e Fukui (2019), quando o professor de fato monta a sua proposta pedagógica para lidar com a inclusão, essas práticas devem corresponder as necessidades e interesses do aluno. Como o número da educação especial cresce a cada dia no Brasil, é necessário que este busque se especializar para que possa atender melhor às necessidades educacionais especiais sem se restringir pelos transtornos, problemas e condutas típicas de aprendizagem que fazem parte desse universo.

Mitler (2003, p.139) é fatídico ao afirmar que a inclusão e exclusão começam na sala de aula. Sabe-se que por mais comprometidos que a sociedade e o governo estejam com a inclusão, são as relações do dia a dia em sala de aula que oportunizam ou não a possibilidade de experiências de aprendizagem. As interações entre os grupos da comunidade escolar promovem a inclusão. Aqui está o cerne da qualidade de viver e aprender.

### 3 A INSERÇÃO DO BILINGUISMO COMO MEIO DE INTERAÇÃO ENTRE OUVINTES E SURDOS

---



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

Ao ensinar Língua Brasileira de Sinais para crianças, possibilita-se conhecer a cultura surda e, acima de tudo, a oportunidade de comunicar-se com os diferentes pares, o que valoriza a diversidade (AZEVEDO; ALENCAR, 2021).

De acordo com Rodrigues (2021), a existência de uma língua, para muitos estudiosos, é considerada, de maneira exclusiva, a partir de existência de uma cultura anexa a ela, o que não delimita, portanto, os meios de transmissão usados, o tamanho do vocabulário ou a espécie de som que é emitido por quem dela faz uso. Sendo assim, as Línguas de Sinais sempre existiram no momento que apareceu a língua oral humana, e sempre que houver surdos ajuntado por mais de duas gerações em sociedades. Portanto, o ensino de Libras também faz parte do conhecimento que é determinado pela Linguística.

Tondinelli (2016) explica a necessidade e importância da aprendizagem bilíngue para os surdos, sempre demonstrando a justificativa para o significado e realização do ensino da Libras como segunda língua para ouvintes, em um contexto bilíngue.

Fazer com que os ouvintes aprendam a Libras como uma segunda língua coopera muito para manter o emocional da criança surda, que, na maioria das vezes, não tem os artifícios necessários para conseguir interpretar a oralidade, uma vez que nunca experienciou o som. Obrigar o surdo a “adquirir a língua oral nos primeiros anos traz consequências para o seu desenvolvimento mental, emocional e sua integração social” (SILVA; MODESTO; FUKUI, 2019, p. 53).

Além do mais, não oferecer a formação da língua de sinais para o aluno surdo é uma privação de direito, ou seja, é desrespeitar a sua integridade, pois não considera as suas necessidades naturais durante a sua aquisição de conhecimento e desenvolvimento como afirma Macedo *et. Al.* (2019):

O desrespeito estende-se também quando essa criança inicia a vida escolar e não encontra um ambiente acolhedor. A proposta é inclusiva, porém, a prática normalmente não condiz com o proposto. E quando a língua de sinais não é usada como língua de instrução ou quando não há a disciplina para a turma quando esta é inclusiva, o desrespeito pode ter um efeito devastador tanto na infância, quanto na adolescência e, se o fato permanecer, o prejuízo será estendido para a vida adulta (MACEDO *et. al.*, 2019, p. 37).



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

Falar sobre o ensino da Libras para crianças ouvintes é preciso entender, mesmo que brevemente, sobre o que é bilinguismo e identificar alguns estudos acerca do ensino da Libras como segunda língua (L2). Flory e Souza (2009, p. 29) explicam que são muitas as definições do termo, uma vez que leva em consideração os aspectos externos de cada grupo/sociedade e a forma como eles interpretam os seus componentes:

O termo Bilinguismo representa uma infinidade de quadros diferentes, os quais remetem à esfera social, política, econômica, individual, à aceitação e valorização de cada uma das línguas faladas e das culturas com as quais se relacionam, à exposição e experiência com a língua, entre outros fatores. São inúmeras as configurações que levam, aparentemente, ao mesmo ponto: bilinguismo.

O bilinguismo, então, justapõe a utilização de duas línguas, pois ele abarca, especialmente, as características sociais e culturais de cada língua. Pela perspectiva de Quadros (2005, p. 27), “Bilinguismo, então, entre tantas possíveis definições, pode ser considerado: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais”.

O bilinguismo, de acordo com Gesser (2009), também pode ser entendido como a utilização de duas línguas em circunstâncias destoantes, destinada ao contato com muitas culturas e conhecimentos do mundo por outra perspectiva. Sendo assim,

Motivar os alunos a entenderem “o que é a surdez”, “o que é a Libras”, “a quem essa língua importa e por que importa”, “o que ela tem a ver com as pessoas na nossa sociedade” prepara os aprendizes para inserção e a conscientização de um repertório de conhecimentos possivelmente alheios a sua realidade, tornando-os mais bem preparados para transitar em práticas culturais que se fazem em grupos humanos diversos (GESSER, 2009, p. 129).

Rodrigues (2021) conjectura que a sugestão bilíngue do ensino de Libras nas instituições escolares da educação básica oportuniza aos aprendizes ouvintes não somente o aprendizado de uma outra língua, numa outra modalidade, mas oferece a oportunidade de identificar as características socioculturais que a ela estão ligadas, como também ajuda afirmar que a criança surda consiga usar sua língua materna no ambiente escolar, o que



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

caracterizaria o contexto inclusivo. Para que isso ocorra é preciso entender, como também explica Santos (2020), que

[...] inserir um aluno ouvinte em uma turma de surdos também não será uma atividade fácil, logo, nota-se que a dificuldade acontece de ambos os lados, assim, é preciso entender as necessidades do aluno, construir uma metodologia atrativa e de inclusão, e garantir o respeito, neste caso, com a língua de sinais (SANTOS, 2020, p. 11).

Voltando a Rodrigues (2020), entende-se que a interface e convívio de culturas formam um espaço multicultural, uma vez que é criado um ambiente para a Cultura Ouvinte e para a Cultura Surda, isto é, as duas irão se completar, o que resultará na formação de cidadãos brasileiros. Dizeu e Caporali (2005, p. 595) já haviam ratificado que o ensino da Libras para ouvintes e surdos oportuniza mais possibilidades de comunicação, de interação no seu ambiente de vivência e de aceitação no mercado de trabalho, uma vez que, caso haja vivência ativa com a comunidade em geral, o que o permitirá praticar a sua cultura e de sua história, formando, então, a sua identidade. Pensando por essa perspectiva, compreende-se que

[...] a aprendizagem tem um sentido amplo: abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida efetiva e assimilação de valores culturais. Enfim, aprendizagem refere-se a aspectos funcionais e resulta de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida (SILVA; MODESTO; FUKUI, 2019, p. 54).

O Decreto n. 5.626/ 2005, Cap. IV, Art. 14, Inciso V, tem como propósito: “o apoio da comunidade escolar no uso e difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos” (BRASIL, 2005). O excerto deixa claro que a comunidade escolar ouvinte deve formar falantes em Libras como segunda língua em seus muitos ambientes, e não apenas fornecer um intérprete de Libras de forma isolada, trabalhando como interprete. Ao proporcionar que todos saibam se comunicar por conta própria, estará contribuindo para que haja rendimento de todos que fazem parte da comunidade escolar, e, quiçá, fora dela, sejam elas ouvintes ou surdos.



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

É importante mencionar aqui que ao considerar o desenvolvimento do ensino de Libras nos últimos tempos é importante meditar que ao ensinar Libras a ouvintes é necessário entender que o aprendizado de uma L2 carecerá de métodos direcionados para as circunstâncias que acontece.

De acordo com Rodrigues (2021), a Libras precisa ser entendida como um dos meios de instrução na escola de forma ativa, bem como uma disciplina a ser ministrada na Educação Básica a começar na educação infantil, oportunizado não somente a comunicação, mas a interação entre surdos e ouvintes. É indispensável que exista dedicação por parte dos educadores, procurando e moldando métodos para o processo de exploração do novo no ensino de Libras para os ouvintes, possibilitando uma aprendizagem significativa para os ouvintes.

### 4 ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE LIBRAS À ALUNOS OUVINTES E SURDOS

Definir uma sugestão de atividade é uma ação difícil, pois antes é preciso saber qual o conteúdo que irá ministrar, o método que deverá ser decidido em conformidade com o material que se dispõe o ambiente escolar onde as atividades serão realizadas, as particularidades dos alunos, a carga horária destinada a disciplina, entre outros aspectos, por isso essa breve seção tem a intenção de apenas descrever alguns detalhes que precisam ser levados em consideração quando se pensa em atividades de ensino para uma L2, especificadamente a Libras.

Pensando em métodos pedagógicos para pôr em prática no processo de ensino e aprendizagem no ensino de Libras a ouvintes, é necessário pensar em metodologias e recursos pedagógicos expressivos que amparem positivamente ofertando o aprendizado. Desta maneira, compreende-se que os instrumentos didáticos apropriados se transformam em profícuos aliados no processo de inclusão dos aprendizes ouvintes em qualquer aquisição dessa língua nova, agindo como instrumentos facilitadores na aquisição da aprendizagem.





## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

A Libras é uma língua materna dos surdos, como nos explica Tondinelli (2016), por isso é a principal forma de comunicação desse grupo. Todavia são poucos os sujeitos que sabem utilizar e fazer a leitura dos sinais que formam essa língua. Infelizmente, a comunicação efetiva ocorre apenas entre o interprete da escola e os familiares. Isso é preocupante, pois para haver a interação, ambos – ouvinte e surdo – precisam compartilhar da mesma língua:

Isso mostra que a comunicação, de fato, entre surdo e ouvinte só é possível quando ambos entendem uma mesma linguagem, e para o surdo é importante ele seja compreendido em sua linguagem materna. Isso sugere que também os alunos ouvintes saibam se comunicar na linguagem de sinais (TONDINELLI, 2016, p. 11).

A linguagem representa, então, um agrupamento de signos linguísticos ou sinais. “E a língua, por sua vez, se define por ser um código verbal característico, isto é, um agrupamento de palavras e combinações particulares trocado entre pessoas de um determinado grupo” (RODRIGUES, 2021, p. 19).

O ensino da Libras nas salas regulares para aprendizes ouvintes exige atividades que prevejam sua efetivação de maneira a alcançar os resultados esperados se refletindo com o almejo de impulsionar substancialmente a autonomia e o aprendizado do discente ouvinte numa língua que, de início, é nova e desconhecida.

De acordo com Gesser (2012, p. 168), grande parte dos docentes costumam utilizar, em suas aulas, como recursos (técnicas, atividades e exercícios) e de materiais (livros, CDs, fitas cassete, gravuras, pôsteres, etc.). Em algumas circunstâncias, o próprio profissional também pode criar os recursos e materiais que vão utilizar e em alguns casos pode até mesmo adquiri-los prontos. Todavia, diferentemente do ensino de línguas orais (outro idioma), há um número e variedade grande disponível, o que, infelizmente, não acontece para o ensino de Libras.

Por conta disso, o docente deve empregar e motivar a utilização de estratégias e técnicas, o que possibilitará um ambiente mais seguro no decorrer da utilização efetiva da língua de sinais. Sabe-se que as extensões sensoriais do Português e da Libras são



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

diferentes e, por consequência, exigem metodologias em conformidade com as suas especificidades linguísticas.

As línguas de sinais se diferenciam das orais, pois elas usam de um meio visual-espacial e não oral auditivo. Por este motivo, coordenam-se de maneira espacial e são percebidas de forma visual, isto é, fazem uso de um ambiente e dimensões que ele propicia na efetivação de suas técnicas fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos para propalar significados, que serão percebidos pelos seus usuários por meio das mesmas dimensões espaciais. No ensino e aprendizagem da Libras, os aprendizes ouvintes necessitarão criar técnicas diferentes das usadas na comunicação falada. A metodologia deste aprendizado abrange exercícios práticos e visuais, as quais sejam cruciais aos discentes na participação e prática dos sinais, com a supervisão do professor para identificar o gestual de forma correta, pois, como acontece com qualquer aprendiz, “é bem possível que cada aluno ouvinte demonstre, em maior ou menor grau, dificuldades na habilidade de compreensão visual dos sinais” (GESSER, 2012, p. 133).

Rezende (2020, p. 37-38) é outro autor que nos ajuda a compreender que o professor necessita cuidar da aproximação do aprendiz com a Libras, dando início ao ensino com frases e diálogos curtos, até obter desempenho para desenvolver textos. É preciso ainda ensinar o vocabulário de maneira rotineira, sempre revisando os sinais das aulas anteriores, de modo a fixar o conteúdo. No decorrer das aulas é importante, também, ir enriquecendo as aulas, um exemplo é através da música.

Santos (2020) também nos chama a atenção para o fato de que para a aprendizagem bilíngue seja concretizada, o ouvinte precisa ser disciplinado e aguçar seu campo de visão. Na prática de aprendizagem, as técnicas devem ser voltadas para estimular a visão nos detalhes da prática gestual. Nessa perspectiva, as brincadeiras, os jogos de ouvintes e demais instrumentos precisam ser adaptados para as particularidades da língua de sinais. O mesmo deve ser feito com os materiais didáticos, como os DVDs, manuais, apostilas, livros etc. Isso tudo visando a facilitação na aprendizagem e fortalecendo os sinais que estão sendo trabalhados nos dezoito momentos.

Essas modificações metodológicas de ensino e aprendizagem oportunizam ao educador elaborar atividades que assegurem a singularidade linguística da Libras,



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

possibilitando a aquisição dos conhecimentos por meio de ferramentas pedagógicas que usam parte da cultura surda e ouvinte. Gesser (2012), para ilustrar, sugere o uso, por exemplo, de etiquetas conversacionais da Libras, destacando os aspectos linguísticos ou até mesmo os elementos de importância gramatical.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ressaltou a importância do desenvolvimento dos saberes do professor pedagogo e da necessidade de abrir novas estratégias que possibilitem a troca de conhecimentos para atuação junto à alunos ouvintes e surdos.

Com a ajuda do teóricos mencionados no decorrer do texto, entende-se que a prática de inclusão, acontece no ambiente escolar predominantes por conta das ações do professor, mas também na maneira como os demais grupos do ambiente escolar são formados para trabalhar com a comunidade surda, na gestão das atividades externas a sala de aula, na seleção dos conteúdos, no planejamento das disciplinas com o projeto pedagógico etc. O que se destaca é que a formação de professores precisa, obrigatoriamente, mantê-los atualizados, sempre visando manter a prática profícua dentro de sala de aula.

Comum a todo grupo social, a sociedade em geral sempre perpassa por períodos políticos conturbados, por isso o processo de inclusão escolar e, conseqüentemente, social, precisa de cada vez mais de atenção, visando que o que já foi conquistado não seja perdido e visando cada vez mais a melhora das ações destinadas para esse público, o de deficientes.

A formação de uma consciência social inclusiva se ratifica pela convivência de forma livre e pelo conhecimento da diversidade como multiplicidade e apreço ao que temos de diferente. A Libras, desta forma, anuncia uma característica linguística de considerar a comunicação, a interação no ambiente social e a formação da personalidade do sujeito surdo em seus grupos de relacionamentos.

A Libras como língua oficial e patrimônio social precisa ser observada a partir da perspectiva motivacional dos sujeitos devendo seu uso ser efetivado em todos os



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

currículos escolares e todas as salas regulares de ensino onde há aprendizes surdos ou não, atendendo, deste modo, de atrativos sociais, políticos, econômicos e culturais da comunidade, do mesmo modo que ocorre com as demais línguas.

É importante para a criança ouvinte ter práticas comunicativas com predomínio na própria Libras no decorrer das aulas, além de terem contato com a comunidade surda do próprio ambiente, o que os permite iniciar a prática e moldarem os ideias e costumes indenitários das culturas que fazem parte, findando com os muros sociais, cessando com preconceitos e confluindo para a consciência de uma sociedade inclusiva.

### 6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. F.; ALENCAR, R. M. G. A importância do ensino da Língua Brasileira De Sinais – (LIBRAS) para educação infantil e formação dos professores das séries iniciais. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, n. 1, v.7, p. 5648-5671, jan. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/23215>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.517, de 28 de julho de 2008**. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o respectivo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício de Cargo em Confiança nos órgãos da Presidência da República, devidas a militares, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/D6517.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6517.htm). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm). Acesso em: 10 out. 2021.



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 10 out. 2021.

Declaração de Salamanca sobre Princípios. **Política e Prática em Educação Especial**. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

DIZEU, L. C. T. de B.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, n. 91, v. 26, p. 583- 597, Maio/ Ago. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000200014&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200014&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 25 abr. 2020.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KASSAR, M. de C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala?. In: \_\_\_\_\_. **Inclusão: políticas públicas e práticas pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 41-54.

FLORY, E. V.; SOUZA, M. T. C. C. de. Bilinguismo: Diferentes definições, diversas implicações. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 19, p. 23-40, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/intercambio/article/viewFile/3488/2296>. Acesso em: 25 out. 2020.



## TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.

MACEDO, Y. M.; FRANÇA VASCONCELOS, A. P.; FREIRE, C. M.; RIOS, J. C. DA F. Implementação da disciplina de Libras nos anos iniciais: uma perspectiva bilíngue. **Revista Encantar**, v. 1, n. 2, p. 29-46, fev. 2020.

MACHADO, R. Educação Inclusiva: Revisar e Refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 10-22.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. H. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Senac, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica nº 62**: orientações aos sistemas de ensino sobre o Decreto nº 7.611/2011. Brasília: MEC, 2011.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

QUADROS, R. M. de. O 'BI' em bilinguismo na Educação de Surdos. In: FERNANDES, Eulália (organizadora). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 26-36.

RODRIGUES, Y. L. do N. **A inserção do ensino de libras como L2 nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal de Lagoa de Dentro-PB**. 55 f. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Libras) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Patos, Patos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/xmlui/bitstream/handle/177683/1272/A%20INSER%20C3%87%20C3%83O%20DO%20ENSINO%20DE%20LIBRAS%20COMO%20L2%20NOS%20ANOS%20INICIAIS%20DO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL%20EM%20UMA%20ESCOLA%20MUNICIPAL%20DE%20LAGOA%20DE%20DENTRO-PB-YANNA%20LUIZA%20DO%20NASCIMENTO%20RODRIGUES..pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 out. 2020.

SANTOS, J. K. C. R. dos. **A relevância do ensino de libras nos anos iniciais do ensino fundamental**: desconstruindo alguns mitos. 28 f. 2020. Monografia (Especialização em Libras-EaD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Patos, 2020.

SILVA, K. G. de O.; MODESTO, A. P. dos S.; FUKUI, R. K. A Importância do Ensino de Libras para Crianças Surdas na Educação Infantil. **Revista Psicologia & Saberes**, Maceió, v. 9, n. 17, p. 51-61, 2019.



ESPECIALIZAÇÃO EM  
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
E PRÁTICAS EDUCATIVAS**



## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

---

REZENDE, J. R. S. **O uso de jogos na aprendizagem colaborativa de Libras como L2.** 140 f. 2020. Dissertação (Mestre em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

TONDINELLI, M. O. Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE - Produções didático-pedagógicas: noções básicas de Libras para alunos ouvintes. In: **Cadernos PDE**. Curitiba: UENO, 2016. v. 2. Disponível em: [file:///E:/Especialização%20em%20Libras/Metodologia%20Científica/1%20-%202016\\_pdp\\_edespecial\\_uenp\\_mariaozanatondinelli.pdf](file:///E:/Especialização%20em%20Libras/Metodologia%20Científica/1%20-%202016_pdp_edespecial_uenp_mariaozanatondinelli.pdf). Acesso em: 15 out. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291porpdf>. Acesso em: 15 out. 2021.